

A Trajetória do Neoliberalismo na Venezuela e sua Conjuntura Atual: uma análise das políticas governamentais desencadeadas a partir do ano de 1998

Vandiana Borba Wilhelm¹

Resumo

As reflexões e os resultados expressos no presente artigo têm por objetivo discutirem sumariamente sobre as alterações da base material acarretadas pelas reformas neoliberais, pois, este é o período em que a América Latina, em particular, à Venezuela, passa por intensas modificações políticas, econômicas e sociais, resultantes das condicionalidades para a renegociação da dívida externa e da adesão às diretrizes do Consenso de Washington. Delineado esse panorama que trouxe como consequência o agravamento da penalização social da imensa população pertencente à classe trabalhadora, busca-se analisar a atual conjuntura da sociedade venezuelana, partindo do ano de 1998, haja vista ser neste ano que Hugo Rafael Chávez Frías é eleito democraticamente presidente da República, tendo como compromisso social a concretização de programas e políticas que se colocam como alternativas ao neoliberalismo. É nesta direção que ao longo deste artigo se pretende problematizar e explicitar os traços de rupturas ou de continuidades em relação às políticas neoliberais.

Palavras-chave: Emergência do neoliberalismo. Alterações da base material. Ações políticas de Hugo Chávez.

La Trayectoria del Neoliberalismo en Venezuela y su Conjuntura Actual: un análisis de las políticas gubernamentales desencadenadas a partir del año de 1998

Resumen

Las reflexiones y los resultados expresos en el presente artículo tiene por objetivo discutir sumariamente las alteraciones de la base material ocasionadas por las reformas neoliberales, pues este ES el periodo en que Latinoamérica, y aquí en particular, a Venezuela, pasa por intensas modificaciones políticas, económicas y sociales, resultantes de las condicionalidades para La renegociación de La deuda externa y de adhesión a las directrices del Consenso de Washington. Delineado ese panorama que trajo como consecuencia el agravamiento de La penalización social de La inmensa población perteneciente a La clase trabajadora, se busca analizar La actual conjuntura de La sociedad venezolana, partiendo Del año de 1998, haya vista que en este año que Hugo Rafael Chávez Frías es electo democráticamente presidente de la República, teniendo como compromiso social la concretización de programas y políticas que se ponen como alternativas al neoliberalismo. Es en esta dirección que a lo largo de este trabajo se pretende problematizar y explicitar los trazos de las rupturas o de continuidades con relación a las políticas neoliberales.

Palabras Clave: Emergencia del neoliberalismo; alteraciones de La base material; acciones políticas de Hugo Chávez.

¹ Professora da rede estadual de ensino do Paraná. Mestre em educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais (GPPS) e do Grupo Estudos Marxistas em Educação. Integrante do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE), da UNIOESTE, campus de Cascavel. Rua Terezina, 1759, Claudete, CEP85811-010. Correio eletrônico: vandianabw@hotmail.com.

The Venezuela Neoliberalist Trajectory and its Current Situation: an analysis of the governmental policies triggered since 1998

Abstract

The reflection and the results expressed in the present article aims to discuss summarily about the material base changes brought about by neoliberal reforms, because this is the time when Latin America, particularly Venezuela, pass through intense political, economic and social changes, result of conditionalities for renegotiation of the external debt and adherence to guidelines of the Washington's Consensus. Outlining this situation that brought as consequence the aggravation of the social's penalty of the huge working class population, the paper seeks to analyze the current situation of the Venezuelan society, starting from the year of 1998, considering that in this year Hugo Rafael Chávez Frías have been elected democratically the President of the Republic, with a social commitment for the implementation of programs and policies that are consider as alternatives of neoliberalism. In that direction, the article intends to discuss and clarify the traces of ruptures or of continuity in relation to neoliberal policies.

Keywords: Emergence of neoliberalism. Changes in material base. Political actions of Hugo Chávez.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo discorrer sumariamente sobre a emergência do neoliberalismo na Venezuela, destacando as principais reformas, seus resultados e a situação social da classe trabalhadora frente a esta conjuntura. Antes, porém, em linhas gerais, delineiam-se alguns elementos que caracterizam o neoliberalismo dos países centrais e periféricos², haja vista que essa diferenciação está a determinar o papel que os países periféricos, no qual se localiza a Venezuela, desempenham na divisão internacional do trabalho.

Traçado esse panorama geral, na sequência, discute-se a emergência de Hugo Rafael Chávez Frías no cenário político venezuelano, sua ascensão enquanto alternativa política às reformas neoliberais e sua vitória eleitoral em 1998. Feito isto, as próximas páginas estão dedicadas à reflexão quanto às ações desencadeadas e implementadas pelo presidente Hugo Chávez, com vistas à análise da atual conjuntura do país frente ao neoliberalismo.

Chama-se a atenção para o fato de que, trazer a tona o debate concernente ao neoliberalismo não significa incorrer no já sistematizado com exaustão na academia, mas, dado ser este pensamento político e econômico que ainda é a diretriz que está a determinar as ações governamentais em uma esfera global, é que este artigo principia por esta discussão, a fim de analisar seus desdobramentos e a situação política, econômica e social da Venezuela

² O conceito de centro e periferia foi apropriado do pensador argentino Raúl Prebisch. Entende-se que essa terminologia expressa melhor a condição dos países latino-americanos, históricos exportadores de matéria-prima e importadores de tecnologia. Prefere-se essa denominação em lugar do conceito de países subdesenvolvidos e países desenvolvidos, pois, enquanto vigorar a atual divisão internacional do trabalho, os países pobres não chegarão a ser economias desenvolvidas tais quais os países centrais.

em um contexto de repúdio da elite dominante local e internacional, a qual se sente ameaçada em seus interesses de classe.

Dito isto, assinala-se que as raízes teóricas, ideológicas e políticas do programa de dominação econômica do capital elaborado no decorrer da Segunda Guerra Mundial, denominado por neoliberalismo, podem ser localizadas nos postulados do economista austríaco Friedrich August von Hayek (1899-1992), e de outros expoentes, os quais opunham-se à intervenção do Estado na economia, aos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, as restrições em relação a autorregulação do mercado, dentre outras.

Passado algumas décadas, principalmente após o declínio do bloco socialista, este pensamento político e econômico sobrepôs-se como modelo hegemônico, e nesse momento histórico, tem se colocado como outra fase do capital e, portanto, em diferentes bases materiais, políticas e culturais, todavia, os velhos princípios liberais do século XVIII da igualdade, da liberdade, da individualidade, da propriedade e da democracia são reafirmadas e fortalecidas.

As transformações da base material promovidas pelas reformas neoliberais em âmbito mundial acarretaram um maior nível de penalização social à imensa população pertencente a classe trabalhadora, pois o aprofundamento da pobreza, o ataque aos direitos sociais, a degradação constante do trabalho humano guiado pelas novas exigências requeridas pelo regime de acumulação flexível, a minimização ainda maior do financiamento estatal dos serviços públicos, dentre outras medidas nefastas resultantes dessas reformas, foram os preços pagos pela classe trabalhadora, em particular a dos países periféricos, espaço geográfico para o qual as crises do grande capital são transferidas, produzindo intensas fissuras.

Nesse contexto, o ano de 1982 ficou, nos países latino-americanos, conhecido como o ponto de eclosão da dívida externa, crise que já vinha como processo desde o final da década de 1970. Para exemplificar a dimensão do problema, resgatam-se informações obtidas no artigo de Arantes (2003), que informa o aumento exorbitante da dívida externa, a qual, entre os anos 1981 e 1985, saltou de US\$ 277,7 bilhões para US\$ 368,0 bilhões. Sendo que, nesse período, só de juros pagos aos organismos financiadores internacionais, foram US\$ 161 bilhões.

A posição política unilateral do Federal Reserve (FED) dos Estados Unidos em definir que a moeda dólar não seria desvalorizada, em reunião anual do FMI e do Banco Mundial em 1979, foi aumentando drasticamente a taxa de juros, o que influenciou diretamente na dívida dos países periféricos. Essa política financeira e monetária teve por objetivo o fortalecimento do dólar e a estabilidade econômica norte-americana. Segundo Fiori (1997, p. 118), "[...] a

diplomacia do dólar forte foi responsável pela gigantesca recessão mundial dos anos 81-84, e pela quebra de várias economias nacionais [...]", sendo os trabalhadores os mais prejudicados.

Nessa direção, na esteira da crise econômica, os empréstimos para ajuste estrutural implementados pelo Banco Mundial colocaram-se como mecanismos e condicionalidades para cobrar dos países endividados mais rigor e sustentabilidade fiscal e financeira, salientando que esses empréstimos foram liberados somente àqueles países que concordaram em pôr em marcha reformas em suas economias em consonância a política preconizada pelo banco, sendo uma delas a aplicação dos planos de estabilidade financeira e a redução do "tamanho" do Estado e de sua atuação.

Sobre isto, Leher (1998), assim explicita "Os empréstimos do Banco e do FMI têm como contrapartida necessária a adesão do país tomador ao programa de ajuste estrutural. Se, por um lado, o ajuste tem reduzido a inflação, por outro lado, o investimento, já débil, tem estagnado e mesmo decrescido; a dívida tem-se tomado mais pesada; e a infra-estrutura negligenciada. E pior, o ajustamento estrutural tem implicado sofrimento social e acentuado a pobreza." (LEHER, 1998, p. 159).

De modo geral, o enquadramento dos países periféricos às condicionalidades dos organismos financiadores para a renegociação de suas dívidas acarretou a perda de autonomia na tomada de decisão, na formulação e na execução de suas próprias políticas econômicas, além de outras consequências, como a redução dos salários e a diminuição no gasto social em nome do pagamento da dívida externa e de seus juros excessivos, que, ao longo dos anos, se duplicaram. Conforme asseverou Leher:

Os conselhos do Banco têm uma orientação clara: redução da presença do Estado no setor social, redução dos impostos diretos das pessoas físicas, em favor de tributos indiretos que comprometem proporcionalmente mais as classes menos favorecidas, livre circulação do movimento do capital, redução do custo do trabalho e incentivo à desregulamentação dos direitos do trabalho, acarretando toda ordem de emprego precarizado. (LEHER, 1998, p. 166-167).

Nesse ângulo, Boito (1999) apresenta uma diferença significativa em relação ao neoliberalismo periférico e central, sendo ela o fato de o capitalismo europeu (e também o norte-americano) ser um dos pólos imperialistas do capitalismo internacional, portanto, beneficiário da política neoliberal. Também são beneficiários os países em que vigorou o chamado Estado de Bem-Estar Social e a conseqüente maior organização e resistência dos trabalhadores em relação ao avanço das reformas neoliberais e a supressão dos direitos sociais, fatores esses que tiveram peso no contexto em questão. Além desses dados, o autor ainda explicita que "Nos países periféricos, em primeiro lugar, o neoliberalismo tem servido,

tal qual nos países centrais, para restringir ou suprimir direitos dos trabalhadores. A diferença é que, na periferia, a política neoliberal encontrou pela frente um sistema de proteção social menos desenvolvido e pôde avançar muito mais do que lograra fazer no centro do sistema.” (BOITO, 1999, p. 36).

Foi por esse caminho que o neoliberalismo se desenvolveu no continente latino-americano, aprofundando a pobreza e agravando os problemas sociais. Por essas latitudes, as particularidades do neoliberalismo se direcionaram para a adaptação às exigências do grande capital internacional, na manutenção do papel de exportadores de matéria-prima, na conservação da condição de subordinação às economias centrais, assim como a abertura dos mercados nacionais. Todavia, de acordo com a observação de Boito (1999, p. 49), "O imperialismo não é apenas uma força externa às nações periféricas. Ele sempre entrelaçou seus interesses com classes e frações de classe dos próprios países dominados". Ou seja, a situação de dependência não se deu tão somente por imposições, mas, também, por convenções firmadas com as elites nacionais dirigentes, que tiram proveito desse caos social.

Exposto esse panorama geral, adentra-se a especificidade venezuelana, e as análises que abordam as alterações na base material do país partem do denominado Ponto Fixo³ (1958 a 1998), ou seja, uma espécie de pacto, durante o qual, no decorrer de quarenta anos, apenas candidatos de dois partidos políticos se revezaram no poder. Outro motivo para partir do Ponto Fixo deve-se ao fato de que, nesse momento histórico, se desencadearam acontecimentos que deram os contornos do neoliberalismo venezuelano e seus desdobramentos, a exemplo da desvalorização da moeda bolívar no ano de 1983, do pacote de ajuste estrutural de 1989 (que teve como reação o levante popular conhecido como Caracaço e as duas tentativas de golpe de Estado no ano de 1992), o novo programa de ajuste estrutural de 1996, as eleições de 1998 que resultaram na vitória do atual presidente da república Hugo Chávez Frías, dentre outros. Assim, é com base nesses elementos que, nas próximas páginas, se buscará discorrer com vistas ao desenvolvimento do enunciado deste artigo.

Em relação ao denominado período democrático Ponto Fixo (1958-1998), o mesmo teve origem com a derrota do ditador militar Marcos Pérez Giménez (1948-1958). Os dois principais partidos que protagonizaram a cena política dessas décadas foi o partido Ação Democrática (AD) e o partido Demócrata Cristão (COPEI). Segundo Rizzotto (2007), "[...] esse modelo de democracia, a exemplo do americano, em que dois partidos políticos sem

³ Sobre o Ponto Fixo, consultar Ellner Steve / Hellinger Daniel. La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto. Editorial Nueva Sociedad, 1a edición 2003. Também o trabalho de pós-doutorado de Rizzotto, Maria Lucia Frizon. "A formação de profissionais de saúde no âmbito do projeto revolucionário bolivariano da Venezuela". Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2007.

grandes diferenças ideológicas se alternam no poder, era visto por muitos intelectuais e analistas políticos como modelo para a América Latina e a melhor opção para se construir uma estabilidade política nos países democráticos [...]" (RIZZOTTO, 2007, p. 13).

Essa forma de organização partidária resistiu às tentativas de insurgências inspiradas na Revolução Cubana de 1959; buscou anular a participação dos movimentos de cunho de esquerda por meio de sua cooptação, e também mediante a exclusão do Partido Comunista da Venezuela (PCV) das disputas políticas. Como COPEI e AD eram a maioria no Senado e Câmara, segundo Tariq Ali (2006, p. 63), eram aprovadas "sólo aquellas reformas que reforzaban el poder de los partidos gobernantes", fator que contribuiu para sua permanência no poder, valendo destacar que o objetivo central do Pacto do Ponto Fixo era assegurar os lucros advindos da extração de petróleo⁴ à burguesia nacional e ao capital externo.

A década entre 1973 e 1983 ficou conhecida como o período da bonança petroleira. Na condição de um dos principais países produtores dessa riqueza do subsolo, a Venezuela vivenciou a opulência dos petrodólares que beneficiou não só a elite dominante, mas, conforme Ellner e Hellinger (2003), "[...] un aumento del gasto público de 96,9% entre 1973 y 1978 permitió lograr excelentes servicios públicos y grandes oportunidades de empleo. Ello condujo a una disminución de la pobreza. Para 1978, 10% de la población vivía en tal situación y, de esta proporción, solo un poco más de 2% vivía en extrema pobreza" (ELLNER, HELLINGER, 2003, p. 147).

Sobre os dados, cabe realçar que, embora tenha ocorrido uma certa distribuição de renda e de benefícios sociais, como no campo educacional, denominado por Casanova (2008) de período da expansão fácil, assim mesmo a estrutura social permaneceu intacta, ou seja, esse resultado da distribuição de renda não colocou em risco o regime de acumulação, concentração e reprodução do capital.

Outro elemento, em relação ao cenário apresentado acima, diz respeito ao abalo do mesmo cenário quando da queda dos preços do petróleo e, principalmente, da culminância da crise da dívida externa de 1982, que atingiu as economias periféricas. Da mesma forma que em outros países, esse contexto é que deu abertura para as reformas neoliberais e, posteriormente, a subscrição ao Consenso de Washington⁵ como meio para a renegociação da

⁴ A maior riqueza da Venezuela é a produção de petróleo, o que a tornou um país monoprodutor. Conforme informações do Boletim Informativo do Jornal Brasil de Fato, de 23/3/2009, "[...] a Venezuela é o maior exportador de petróleo da América do Sul. O produto representa 93% das exportações do país" (Site: <http://www.brasildefato.com.br>.)

⁵ José Luís Fiori (1997, p. 121 e 122) relata que, em 1989, um economista norte-americano chamou de "Consenso de Washington" ao programa de políticas fiscais e monetárias associadas a um conjunto de reformas institucionais destinadas a desregular e a abrir as velhas economias desenvolvimentistas, privatizando seus

dívida externa e condição para a aprovação de novos empréstimos. Esse panorama de crise fez com que a distribuição de renda sofresse recuo, os serviços públicos fossem precarizados e o aumento da pobreza se explicitasse, aflorando o antagonismo de classe.

Diante da instabilidade econômica do país e da demonstração de fragilidade política,

[...] la fuga de capitales alcanzó niveles históricos a finales de 1982, cuando 8.000 millones de dólares salieron del país. [...] Más tarde, en 1983, el presidente Luis Herrera Campíns impuso un sistema de cambio preferencial con la tasa más barata-para la importación de bienes esenciales-a 7 bolívares por dólar. Esto representó una devaluación de la tasa a 4,30 bolívares, imperante durante todos los años 70, haciendo el pago de las deudas externas particularmente oneroso. (ELLNER, HELLINGER, 2003, p. 148).

Ocorrida em uma sexta-feira do mês de fevereiro de 1983, a desvalorização da moeda, que, desde os anos de 1960, não sofria tal impacto, foi adjetivada por "sexta-feira Negra" e representou o primeiro golpe ao Pacto do Ponto Fixo. Outro choque, dessa vez muito mais intenso e marcante na história do país, se deu em 1989. A conjuntura desse ano foi marcada pela vitória eleitoral de Carlos Andrés Pérez do partido AD para o mandato 1989-1993. Pérez havia governado o país no período de bonança, situação bem adversa do final dos anos de 1980. Todavia, a crença da população estava em que Pérez faria retornar os bons anos vivenciados pelos venezuelanos.

Opostamente à expectativa dos eleitores, após o término das cerimônias de posse presidencial, Pérez firmou com o FMI o que foi denominado de "o pacote", isto é, um conjunto de medidas que faziam parte dos ajustes estruturais pelos quais diferentes países da América Latina estavam sendo condicionados. Segundo Barret, Chavez e Rodrigues (2005),

[...] coincide con la llegada a Venezuela de los rigurosos condicionamientos que los organismos multilaterales venían imponiendo en la mayor parte de los países del continente. En condiciones de una drástica disminución de las reservas internacionales, importantes déficits fiscales y en la balanza de pagos, y con una deuda externa que -en esas condiciones-resultaba impagable, el gobierno de Carlos Andrés Pérez firma con el Fondo Monetario Internacional una carta de intención. Se compromete a llevar a cabo una ortodoxa política de ajuste estructural (Lander, 1996b; 52-53), a pesar de que en su campaña electoral había apelado al imaginario de la abundancia de su primer gobierno. Estos acuerdos no fueron sometidos a la consulta del Parlamento y sólo fueron conocidos por la opinión pública después de haber sido firmados. (BARRET, CHAVEZ, RODRIGUES, 2005, p. 106).

Para conseguir a liberação de um empréstimo no valor de US\$ 4,5 bilhões, colocaram-se em marcha medidas que acarretaram sofrimento social, a exemplo do congelamento dos salários, da redução do gasto público e do crédito, do aumento de preços das mercadorias de

setores públicos e enganchando seus programas de estabilização na oferta abundante de capitais disponibilizados pela globalização financeira. Chegava, dessa maneira, à periferia capitalista endividada, e em particular à América Latina, uma versão adaptada das ideias liberal-conservadoras que já se difundiam pelo mundo desde o início da "grande restauração". Também Paulo Nogueira Batista (2001, p. 33) apresenta as dez áreas do Consenso de Washington: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação; e 10) propriedade intelectual.

primeira necessidade e, conforme Maringoni (2009, p. 2), "[...] a gasolina sofreria um reajuste imediato de 100%. Isso resultaria, segundo anunciado, numa majoração de 30% nos bilhetes de transporte coletivo. Na prática, estes reajustes chegaram também a 100%".

Foi esse quadro social que fez eclodir, em 27 de fevereiro de 1989, um levante popular como forma de rejeição às reformas neoliberais. O levante teve início na cidade de Caracas, estendendo-se por outras 19 cidades de médio e grande porte da Venezuela, ficando conhecido por Caracaço. De acordo com Ellner e Hellinger (2003),

Los periodistas en Caracas se refirieron a este hecho como "el día en que los barrios bajaron en los cerros". Durante cinco días, multitudes de personas tomaron las calles, entraron a los comercios, saquearon, rompieron vidrieras, quemaron muchos y robaron vehículos. Los pobres y marginados residentes de los barrios, así como muchos de clase media, ya no aceptaban pasivamente la ilación de precios, la escasez de alimentos y el colapso de los servicios públicos. El rechazo colectivo, espontáneo y desorganizado a las crecientes desigualdades se tradujo en violencia abierta, desesperada y surrealista. Imágenes transmitidas por los medios mostraban personas de diversos tratos sociales saliendo alocadamente de los centros comerciales, empujando carros de supermercado repletos de cartones de leche, televisores y botellas de Coca-Cola. (ELLNER, HELLINGER, 2003, p. 259).

A explosão social foi reprimida pelas forças armadas, resultando em centenas de mortos, embora o governo tenha ocultado as estatísticas reais. Os direitos constitucionais foram suspensos parcialmente e decretou-se o toque de recolher. Segundo Ali (2006),

Durante las cuatro semanas siguientes, los generales ordenaron las tropas, integradas en su mayoría por jóvenes reclutas de entre 16 y 20 años, para tomar por asalto los barrios pobres, infundir miedo por medio de actos de terrorismo y, de ser necesario, disparar a matar. El Plan Ávila, un conjunto de medidas preparadas en los sesenta para lidiar con las facciones armadas en el campo (incluyendo la del subcomandante Teodoro Petkoff), fue ahora puesto en marcha contra la población urbana desarmada. (ALI, 2006, p. 67).

Após a repressão, o governo retomou o controle da situação, porém não conseguiu obliterar o panorama venezuelano que expressava o tamanho do caos social, cujos indicadores revelavam uma inflação anual que ultrapassava os 40% e o aumento da pobreza. Em relação à última, em 1989, a população pobre passou de 46% para 62% e os extremamente pobres de 14% para 30%.

Outra ação que estremeceu o modelo do Ponto Fixo foi duas tentativas de golpe de Estado ocorridas no ano de 1992. O primeiro se deu em 4 de fevereiro do corrente ano, coordenado pelo tenente coronel Hugo Chávez Frias. Sem êxito e sendo acusado por atentar contra a democracia, Chávez foi preso e o movimento, momentaneamente, disperso.

A segunda tentativa de golpe foi em 27 de novembro de 1992, sendo liderada por pessoas aliadas a Chávez e que faziam parte dos altos escalões do exército, da aeronáutica e da marinha. Novamente o grupo fracassou e alguns oficiais também foram detidos. Apesar do malogro, a sublevação explicitou as fraturas entre os próprios militares, e teve a simpatia da

população espoliada, convertendo Chávez, a partir desse momento, em uma figura política importante na luta contra as reformas neoliberais implementadas por Pérez, bem como à organização política da época.

Enfraquecido politicamente, sentindo a aversão da maioria dos venezuelanos e sob a acusação de corrupção, em maio de 1993 Pérez é destituído do cargo de presidente da república. Em meio a um novo processo eleitoral, em dezembro de 1993 chega à presidência o político Rafael Caldera. De acordo com Ellner e Hellinger (2003):

El ex-presidente Rafael Caldera, fundador y líder histórico del conservador partido Copei, habló en contra del modelo neoliberal y justificó las frustraciones populares con el régimen democrático. Más tarde usó su crítica al statu quo para lanzar una candidatura independiente para un segundo periodo presidencial en 1993. En una apretada carrera con cuatro participantes, Caldera utilizó sus antecedentes políticos y su mensaje disidente para lograr el apoyo de todo el espectro político y social, derrotando por escaso margen a los candidatos de LCR, AD y Copei. Hizo de la oposición al neoliberalismo el centro de su programa, pero después de varios años de políticas heterodoxas y crisis económicas cada vez más agudas, cedió a las presiones de las reformas del mercado en 1996. (ELLNER e HELLINGER, 2003, p. 88).

O programa de ajuste estrutural implementado por Caldera em abril de 1996 foi chamado de "Agenda Venezuela". As críticas feitas à gestão de Pérez em campanha eleitoral restringiram-se à plena retórica, pois as reformas neoliberais desencadeadas pelo presidente foram tão, ou ainda mais, nefastas do que aquelas do mandato anterior. Dentre suas medidas destaca-se a redução dos gastos sociais, a abertura do setor petrolífero ao capital internacional, a privatização de empresas estatais, como a telefonia, e a liberalização de preços, o que levou ao aumento exponencial da inflação, que atingiu 103,2%, obstaculizando o consumo da população pobre, a qual em final de 1996 era de 86%, sendo a em situação de pobreza crítica em cerca de 65%.

Foi Caldera que, em 26 de março de 1994, libertou da prisão Chávez e seus parceiros que estiveram à frente da insurgência de 1992, anistiando também os oficiais envolvidos no segundo golpe de Estado. Barret, Chavez e Rodrigues (2005) assim relatam: “Chávez pasa dos años en prisión, durante los cuales se dedicó al estudio y a establecer relaciones con sectores civiles que posteriormente lo acompañaran en la vida política pública. Al salir de la cárcel, en 1994, por decisión del entonces presidente Rafael Caldera, recorre el país organizando su movimiento político.” (BARRET, CHAVEZ, RODRIGUES, 2005, p. 101).

Na mesma direção, Maya (apud RIZZOTTO, 2007) expõe que a liberdade dos militares estava condicionada a que os mesmos deixassem as forças armadas, entretanto os direitos políticos foram mantidos. Foi então que, ao deixar a prisão, Chávez anunciou que converteria o MBR-200 em uma organização política, cujo fim seria disputar a Presidência da República.

Conforme a mesma autora, para que o MBR-200 pudesse pleitear as eleições de 1998 houve a necessidade de criar um partido de sigla diferente, uma vez que, no país, é proibida por lei a utilização do nome Bolívar⁶ em qualquer organização partidária. É assim que se institui o MVR (Movimento Quinta República)⁷.

Em dezembro de 1998, Chávez é eleito com 56,2% dos votos válidos. No período de campanha, ele, enquanto candidato, falou da necessidade de uma

"Revolución Bolivariana", que terminaría con la corrupción y la traición en serie del bipartidismo venezolano. Se necesitaban reformas políticas y sociales radicales — redistribución de la tierra y una nueva Constitución— para una transformación estructural del sistema político y de la vida cotidiana del pueblo. Si el establishment entero se había vuelto corrupto y el amiguismo estaba exacerbado en todos los niveles, barrer con escoba nueva era la única manera de sacar adelante el país. (ALI, 2006, p. 74)⁸.

Nessa mesma direção, as próximas colocações e análises dedicam-se à reflexão quanto à situação política, econômica e social da Venezuela, situação que, em última

⁶ Bolívar foi o protagonista da independência de países como Venezuela, Bolívia e Equador. Chamado de "O Libertador", Simón Bolívar (1783-1830) foi o estrategista da luta contra a dominação espanhola na América Latina. Lutava pelo ideal de integração do continente: "Eu desejo, mais que qualquer um, ver formar-se na América a maior nação do mundo, menos por sua extensão e riqueza que por sua liberdade e glória". Nildo Ouriques, Raízes no libertador:bolivarianismo popular na Venezuela (2005, p. 113). Sobre o pensamento de Bolívar, ler também: FIGUEROA, Luis Beltrán Prieto. "El magisterio americano de Bolívar". Colección Claves de América, nº 31. Fundación Luis Beltrán Prieto Figueroa, 2006. Disponível em: www.biblioteca.yacucho.gob.ve.

⁷ Sobre o movimento do qual Chávez esteve à frente, ler Ali Tariq "Piratas del Caribe, El Eje de La Esperanza", Ediciones Luxemburg, 2006. Segundo esse autor, "[...] el momento fundacional de los grupos bolivarianos de izquierda en las fuerzas armadas y en la fuerza aérea tuvo lugar a fines de los setenta cuando, sobre todo los jóvenes lugartenientes, se reunían informalmente y discutían sobre el estado del país y de las fuerzas armadas (p. 68)". Em dezembro de 1982, por meio do juramento do Samán de Gere, entre Hugo Chávez e outros dois militares de nome Jesús Urdaneta Hernández y Felipe Acosta Carles, originou-se em 1983 o Exército Bolivariano Revolucionário-200, que em 1989 passou a chamar-se Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200), que, depois de dez anos na clandestinidade e de trabalho político organizativo no interior das forças armadas de todo o país, se fez conhecer na tentativa de golpe de 1992. Em relação ao número 200 utilizado a partir de 1983, refere-se ao aniversário de 200 anos de nascimento de Simón Bolívar, líder da independência venezuelana. Sobre o tema, ler também: BARRET, Patrick; CHAVEZ, Daniel y RODRIGUES, Cezar. "La nueva izquierda latinoamericana: sus orígenes y trayectoria futura". Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005. MAYA, Margarita López. IDEAS PARA DEBATIR EL SOCIALISMO DEL SIGLO XXI --Septiembre de 2008.

⁸ A Revolução Bolivariana não se fundamenta, ortodoxamente, nos princípios do marxismoleninismo. Segundo Casanova (apud GUIMARÃES e RIZZOTTO, 2009, p. 107), o que a Venezuela tem vivenciado é uma volta aos princípios do republicanismo e do racionalismo laico da Revolução Francesa. O ideário igualitarista-democrático, que acompanha o imaginário dos povos do Ocidente desde o século XVIII, mostra que esse ideário pode vir a se realizar em um projeto no qual o Estado se oriente pelo tripé do direito, da democracia e da justiça social. Parece ser este também o pressuposto que baliza conceitualmente o atual nacionalismo bolivariano, que, vale destacar, não prescinde de temas religiosos, morais e éticos nem de discursos governamentais que rechaçam o imperialismo estadunidense. Ainda sobre os fundamentos que alicerçam o Estado bolivariano da Venezuela, em BARRET, Patrick; CHAVEZ, Daniel y RODRIGUES, Cezar. "La nueva izquierda latinoamericana: sus orígenes y trayectoria futura". Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005, lê-se a informação de que, na Venezuela, existe a busca de um projeto nacional a partir da própria experiência histórica, daqui resultando a denominada "Árvore das três raízes", em referência a Simón Bolívar, Simón Rodríguez, mestre do Libertador, e Ezequiel Zamora, herói da Guerra Federal.

instância, está articulada à gestão de Chávez. Principia-se pela aprovação da nova Constituição do país, todavia, a intenção não é a de realizar um exame detalhado do conteúdo da mesma, mas, sim, discorrer sobre alguns dispositivos legais que a compõem e trazer algumas informações que expressam a face legal do país, pois são seus dispositivos que o direcionam.

De acordo com pesquisa de Rizzotto (2007),

Chávez, no mesmo dia da posse, em 2 de fevereiro de 1999, assinou decreto convocando um referendo popular para consultar sobre a eleição da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), que deveria elaborar a nova Constituição do país e redesenhar o então sistema político venezuelano. A Assembleia Constituinte se instalou em 9 de agosto e a Constituição foi aprovada, três meses depois, por meio de plebiscito, em 15 de dezembro de 1999. Com a nova Constituição, foram convocadas eleições para o ano seguinte de todos os cargos eletivos, incluindo o do Presidente da República, o que ocorreu em julho de 2000, quando Chávez venceu seu oponente, Árias Cárdenas, ex-membro do MBR-200, por 57% a 36%. Embora elaborada em um tempo relativamente curto, o processo constituinte permitiu a participação e a colaboração da sociedade, por meio de organizações civis, que promoveram seminários, debates e elaboraram propostas a serem incorporadas na nova Carta Constitucional. (RIZZOTTO, 2007, p. 30).

Em consonância com Boron (2008), Luzzani (2008), Giordani (2009), por meio da Carta Magna deu-se o início da refundação da República, a qual, segundo os autores, vai além da mudança de denominação de República da Venezuela para República Bolivariana de Venezuela. Em seu artigo 2º leem-se os valores fundamentais: “Venezuela se constituye en un Estado democrático y social de Derecho y de Justicia, que propugna como valores superiores de su ordenamiento jurídico y de su actuación, la vida, la libertad, la justicia, la igualdad, la solidaridad, la democracia, la responsabilidad social y, en general, la preeminencia de los derechos humanos, la ética y el pluralismo político.” (VENEZUELA, 1999).

Observa-se que um dos pontos que a distingue da Constituição de 1961 é a dupla concepção do caráter de democracia; democracia representativa e democracia participativa e protagônica, que está sendo gradativamente construída, onde ambas compõem o espaço jurídico político do Estado venezuelano. Essa alteração pode ser identificada no artigo 62 da Constituição da República Bolivariana de Venezuela (CRBV), no qual se lê que “[...] la participación del pueblo em la formación, ejecución y control de la gestión pública es el medio necesario para lograr el protagonismo que garantice su completo desarrollo, tanto individual como coletivo” (VENEZUELA, 2000, p. 22).

Estudos de Nogueira e Rizzotto (2006) denotam que, dos 350 artigos da CRBV, 56 fazem menção ao conceito de participação. Garantido no plano formal, desse conceito se desdobram tentativas de envolvimento da população nos debates, nas decisões e nos encaminhamentos que envolvem o destino do país. Na mesma direção, Rizzotto (2007) ressalta que,

[...] por esse caminho, o protagonismo do povo se realiza como um processo de participação e de desenvolvimento individual e coletivo, particularmente dos que foram historicamente excluídos de qualquer condição de cidadania. A Constituição estabelece, ainda, as garantias de participação por meio de mecanismos que expressam ações de democracia direta, tais como o referendo popular (que pode ser de caráter consultivo, revogatório e aprobatório), as consultas populares e outras formas de autogestão, de cogestão e cooperativas em todas as suas formas, incluindo as de caráter financeiro, as caixas de poupança, a empresa comunitária e as demais formas associativas, guiadas "[...] por valores de la mutua cooperación y la solidaridad". (RIZZOTTO, 2007, p. 32)⁹.

Um aspecto que pode ser destacado como resultado do cumprimento da CRBV diz respeito à indústria petrolífera (Petróleos da Venezuela - PDVSA), como sendo patrimônio da nação, com isso obstando o processo de privatização e possibilitando o controle acionário dessa riqueza em mãos do Estado. Pontua-se também o direito ao voto aos militares; a criação da figura do vice-presidente da República; a elevação do número dos poderes públicos, os quais, além do poder executivo, legislativo e judiciário, passaram a contar com o poder eleitoral e o poder cidadão¹⁰; a instituição da assembleia de cidadãos e cidadãs¹¹; o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, a oficialização de suas línguas e o direito sobre os territórios ocupados por eles; a institucionalização, em 2006, da lei sobre os conselhos comunais como cumprimento do princípio de participação protagônica, e da declaração do latifúndio como sendo contrário aos interesses sociais.

Na sequência da análise legal, segue a apresentação de dois documentos oficiais que serão sumariamente apresentados, sendo eles o "Plano Bolívar de 2000" e as "Linhas Gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007"¹².

O primeiro caracterizou-se como um projeto de trabalho público que envolveu civis e militares, tendo por objetivo reverter a deterioração da infraestrutura pública, gerar postos de

⁹ Para estudo quanto às formas de referendo e formas de participação popular ler: SALAMANCA, Luis; Pastor Viciano Roberto. "El sistema político en la Constitución Bolivariana de Venezuela". Editorial Melvin, 2004. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela (1999). LEY DE LOS CONSEJOS COMUNALES. GACETA OFICIAL EXTRAORDINARIO N° 5.806. LUNES 10 DE ABRIL DE 2006.

¹⁰ Sobre o poder cidadão e o poder eleitoral, consultar o Capítulo IV e o Capítulo V da Constituição Bolivariana da Venezuela de 1999. Também SALAMANCA, Luis; Pastor Viciano Roberto. "El sistema político en la Constitución Bolivariana de Venezuela". Editorial Melvin, 2004.

¹¹ As assembleias de cidadãos são, formalmente, "de acordo com a Lei de Conselhos Comunais de 2006", as instâncias políticas de direção dos conselhos comunais. Elas decidem sobre os projetos do plano de desenvolvimento comunitário, aprovam os recursos orçamentários, determinam a constituição de núcleos endógenos de desenvolvimento em escalas locais de concentração populacional e o local de empresas de produção social, promovem alianças com outros conselhos e se encarregam das relações com os governos municipal, estadual e central da administração. No entanto, até agora se têm revelado extremamente vulneráveis, uma vez que vêm sendo corroídas no interior da dinâmica organizativa, que assimila antigas práticas burocráticas clientelistas (p. 71). CASANOVA, Ramón. "Democracia e políticas sociais na transição venezuelana: entre o capitalismo assistencial e a democracia socialista". In: Democracia e políticas sociais na América Latina. São Paulo: Xamã, 2009.

¹² Esses documentos estão disponíveis no site: www.minci.gob.ve/publicaciones@minci.gob.ve.

trabalho e serviços sociais. O plano recebeu muitas críticas pelo seu desenho militarizado, ao passo em que também revelou as dificuldades do governo para alterar o calamitoso panorama social da Venezuela.

No segundo documento (2001-2007) consta a base para o novo projeto de país. Estruturado em cinco campos: social, econômico, político, territorial e internacional, os mesmos campos devem estar inter-relacionados para atingir o equilíbrio social¹³ e a meta, que é o desenvolvimento e a planificação do país, os quais devem constituir-se como políticas de Estado.

Para Maya (2008), "[...] la exclusión es un problema estructural. Existen vastos sectores de la población que están excluidos social, cultural y economicamente desde los tiempos coloniales. Y es este el principal obstáculo para alcanzar el desarrollo y la democracia" (MAYA, 2008, p. 15-16).

No referido documento, o conceito de equidade é bastante realçado, e sobre ele esclarece-se que, na prática, não corresponde aos princípios do marxismo¹⁴, mas, sim, parece estar voltado para o melhor acesso aos bens sociais e materiais.

A seguir transcreve-se uma passagem das Linhas Gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007, a fim de expressar uma parcela das ações que o Estado venezuelano se compromete formalmente em executar:

Este cambio se logrará a través de un gran impulso a la agricultura, la industria, el comercio, el turismo y la construcción de infraestructura, lo cual permitirá la masiva creación de empleos, pero tendrá que venir acompañado con y sustentado en un mejoramiento cuantitativo y cualitativo de todos los niveles de educación, de salud y de la seguridad, tanto en todo el territorio como en el comportamiento político de la ciudadanía. El equilibrio social, se encuentra orientado, no sólo a corregir las enormes distorsiones sociales con su gran carga de exclusión e injusticia, sino también a potenciar el pleno desarrollo del ciudadano en los aspectos relacionados con el ejercicio de la democracia. Ello responde a la necesidad de alcanzar el bienestar colectivo, de forma tal que la distribución de la riqueza y el ingreso que la crea, permita un alto grado de justicia político-económica y la erradicación de la pobreza como la gran meta a alcanzar. (VENEZUELA, 2001, p. 8).

Ainda em 2001, em atendimento ao dispositivo constitucional (artigo 307) que reconhece o direito à terra a todos os camponeses, declara o latifúndio como sendo contrário

¹³ Conforme estudos de pós-doutorado de RIZZOTTO, Maria Lucia Frizzon. "A formação de profissionais de saúde no âmbito do projeto revolucionário bolivariano na Venezuela". UFSC, 2007. O equilíbrio social é o balanço adequado entre o interesse individual e o interesse social a partir de uma lógica racional e justa de distribuição da riqueza. É, portanto, um modelo de desenvolvimento, denominado de "Economia Social", o qual inclui a satisfação das necessidades da população, busca garantir a distribuição equitativa dos benefícios econômicos para todos e pretende ampliar a democracia para a esfera do mercado e da economia. O novo modelo econômico, que se pretende diversificado e sustentável, fundamenta-se no equilíbrio das forças e dos fatores que participam do desenvolvimento nacional, traduzindo "un modelo de política social diametralmente opuesto al enfoque neoliberal" (p. 43).

¹⁴ No texto "Crítica ao programa de Gotha" lê-se: "De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades".

aos interesses sociais¹⁵ e a necessidade da reforma agrária, a Assembleia Nacional promulga a "Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário", a qual tem contado com o apoio da Missão Zamora¹⁶ para contribuir no processo de redistribuição de terras. Segundo Luzzani (2008):

Cuatro años pasaron desde que se promulgó la Ley de Tierras (cuyo texto adolece, según los especialistas, de varias imprecisiones conceptuales) hasta que se concretó la primera redistribución, el 5 de enero de 2005 en Cojedes, un estado con mucha pobreza del centro norte venezolano. Ese año se repartieron más de dos millones de hectáreas entre 10 mil familias campesinas y se crearon los "fundos zamoranos", espacios colectivos donde varias familias se asocian para una determinada actividad rural. A fines de 2007, según el INTI, llegaron a tres millones las hectáreas recuperadas. (LUZZANI, 2008, p. 93)¹⁷.

Em documento oficial do governo da Venezuela, intitulado "Missões Bolivarianas" (2006), se inscreve que, na última reforma agrária ocorrida na década de 1960, a população pobre não obteve benefícios. Desse modo, a "Venezuela sigue arrojando cifras dramáticas de concentración de la propiedad: 5% de los propietarios concentran 80% de las tierras, a menudo con títulos forjados o fraudulentos" (VENEZUELA, 2006, p. 42). Com base nesse dado, nota-se a dimensão da concentração de terras no país e se salienta que o enfrentamento com os latifundiários é necessário e precisa ser intensificado caso se aspire a transformações substanciais.

As ações aqui expostas foram o estopim para a reação virulenta da burguesia local, planejando investidas contra o governo com vistas à sua desestabilização mediante a acusação de Chávez querer instalar um regime castrista na Venezuela. A primeira medida de grande repercussão foi o golpe de Estado de 11 de abril de 2002¹⁸. Entretanto, "[...] el 13 de abril, el pueblo y la Fuerza Armada rescataron el hilo constitucional, recuperaron la democracia y regresaron al Presidente al puesto de mando de la República". (VENEZUELA, 2006, p. 9).

¹⁵ Según la Constitución Bolivariana, un predio de más de 5.000 hectáreas es considerado latifundio y el artículo 307 declara que "el régimen latifundista es contrario al interés social (p. 92)". Para aprofundar leituras, consultar LUZZANI, Telma. "Venezuela y la revolución: escenarios de la era bolivariana", 1ª ed. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2008.

¹⁶ O nome da missão advém de Ezequiel Zamora, personagem que organizou uma multidão de camponeses em 1859 para lutar por "terra e homens livres". A Missão Zamora volta-se para fortalecer o processo de redistribuição de terras e também "[...] a facilitación de semillas, maquinarias, asesoramiento, apoyo económico y capacitación, y promoviendo la organización solidaria de los campesinos para su desarrollo integral. A su vez, genera la articulación de los procesos de desarrollo rural con las políticas de seguridad alimentaria, incorporando a los nuevos productores al sistema de producción y comercialización de la Misión Mercal" (2006, p. 42). Sobre o assunto, consultar GOVERNO DA VENEZUELA. Misiones Bolivarianas. Agosto, 2006. Disponível em: www.minci.gob.ve/publicaciones@minci.gob.ve.

¹⁷ Sobre a expropriação de terras, verificar o caso da propriedade "Marquesena". Com uma extensão de mais de oito mil e quatrocentos hectares, estudos técnicos demonstrando a baixa produtividade da fazenda, o governo fez jus ao preceito constitucional e procedeu a expropriação. Ler em: LUZZANI, Telma. "Venezuela ya la revolución: escenarios de la era bolivariana". 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2008.

¹⁸ Sobre o golpe de Estado, aprofundar leituras em: Ali Tariq, "Piratas del Caribe, El Eje de La Esperanza". Ediciones Luxemburg, 2006. Ellner Steve / Hellinger Daniel. "La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto". Editorial Nueva Sociedad, 1. ed., 2003.

O segundo movimento de peso em oposição ao governo ocorreu em 2 de dezembro de 2002 até o início do ano de 2003, por meio da greve do setor petrolífero, ato que ficou conhecido como paro-sabotagem petrolífera, organizado e implementado pela Federação das Indústrias da Venezuela (FEDECÂMARAS), que objetivava o desgaste do governo, sua possível renúncia ou, quiçá, um novo golpe.

Além da paralisação da produção de petróleo, que afetou, de forma mais agressiva, a população pobre, a greve articulou-se à interrupção da prestação de serviços de outros setores, a exemplo das "[...] asociaciones profesionales de clase media—maestros, médicos, ingenieros, etc., para declarar un lock-out, cuyo objetivo era directamente político: derrocar al gobierno bolivariano" (ALI, 2006, p. 84).

Esse caos social foi gradativamente normalizado com o apoio de petrolíferos que não aderiram à greve, petrolíferos aposentados que se dispuseram a trabalhar na indústria e de parte da população que repudiou a paralisação saindo às ruas para manifestar seu descontentamento com o apoio das forças armadas. Um dos resultados desse movimento foi a nacionalização definitiva da indústria petrolífera e o controle acionário dos recursos financeiros da mesma pelo governo, cabendo destacar, nesse processo, o apoio político de Cuba, que, conforme relato de Ali (2006), "[...] en el lapso de quince días, llegaron a Venezuela diez mil médicos cubanos, con sus hospitales de campaña y medicamentos. Montaron clínicas y comenzaron a atender a la gente en menos de 24 horas. [...] Y además comenzaron a llegar maestros desde Cuba y otras partes de América Latina y se abrieron escuelas alternativas, para sustituir aquellas cerradas por la huelga de la clase media" (ALI, 2006, p. 86-87).

Os custos da greve foram a queda no PIB, a falência de cooperativas, de micro, pequenas e médias empresas, assim como o aumento do desemprego. Derrotada politicamente, a burguesia nacional apelou à Constituição Bolivariana e recorreu ao referendo revogatório do mandato do presidente Chávez, sendo legitimado por este Referendo em agosto de 2004 por 59% dos votos válidos para permanecer como presidente do país.

Frente às tentativas para destituir o governo, a resposta de Hugo Chávez a partir do ano de 2003 veio na forma do lançamento das Missões, as quais são políticas sociais financiadas com recursos advindos diretamente da renda petrolífera, tendo por objetivo atingir a grande massa da população às margens dos bens culturais e sociais a um curto prazo.

Para conhecer o conteúdo e os objetivos das Missões Sociais, pode-se consultar o site oficial da Venezuela: www.aporrea.org¹⁹, pois são diversas e não se tem condições para abordá-las de forma detalhada. Assim, citam-se as mais divulgadas: Missão Vuelvan Caras (integração à vida socioproductiva), Missão José Gregorio Hernández (da área da saúde, um dos objetivos é o censo demográfico da população com deficiência), Missão Milagre (em parceria com Cuba, realizou cirurgias em pessoas com deficiência visual com vistas à correção visual, principalmente de cataratas), Missão Bairro Adentro (atenção à saúde nas comunidades), missões educativas: Missão Robinson I e Robinson II, Missão Ribas e Missão Sucre.

Ainda de acordo com sistematização de Rocha (2009), existem outras missões, sendo elas: Missão 13 de Abril (fortalecimento do poder popular através de comunas socialistas), Missão Mercado (alimentação subsidiada pelo governo e mercados populares), Missão Negra Hipólita (assistência social à população de rua), Missão Hábitat (habitação), Missão Guaicaipuro (indígena), Missão Miranda (defesa da soberania nacional numa aliança cívico-militar), Missão Identidade (documentação para venezuelanos e estrangeiros), Missão Árvore (produção e conservação na área rural), Missão Cultura (desenvolvimento sociocomunitário e cultural), Missão Ciência (desenvolvimento científico e tecnológico endógeno), Missão Pilar (diversificação da economia), Missão Zamora (contra o latifúndio).

Financiadas pelo Estado²⁰, essas missões sociais contam também com a participação da população na execução/gestão de tarefas, do mesmo modo que contaram com o apoio de profissionais cubanos da área da saúde e da educação no desenvolvimento das missões correlatas a elas. Segundo documento oficial:

Es importante destacar que todas estas Misiones y proyectos no se implementan de modo paternalista, burocrático ni clientelístico, sino mediante una participación ciudadana activa, sin exclusiones partidistas. Las comunidades locales, los barrios, los comités de salud locales, la intervención vecinal en la distribución del presupuesto comunal, los círculos bolivarianos, el crecimiento explosivo de las cooperativas, el incremento de la acción de los sindicatos en los problemas laborales, la actividad autónoma de las organizaciones indígenas; todo ello, da cuenta de esta revolución participativa y masiva a la que se está incorporando el pueblo venezolano por primera vez en su historia. (VENEZUELA, 2006, p. 57).

¹⁹ Além do site indicado, ler também: Governo da Venezuela. Misiones Bolivarianas. Agosto, 2006. Disponível em: <www.minci.gob.ve> / <publicaciones@minci.gob.ve>.

²⁰ En 2004, se les destinó el 41 por ciento del presupuesto nacional, una cifra sin parangón en la historia de Venezuela (y probablemente del mundo). En 2007, se les asignaron 2.200 millones de dólares, y para 2008, según el Ministerio Popular para la Finanzas, habrá unos 2.700 millones de dólares (p. 77). LUZZANI, Telma. VENEZUELA Y LA REVOLUCIÓN: escenarios de la era bolivariana, 1a ed. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2008.

A característica dessas políticas sociais é estarem articuladas a outras organizações populares, dando impulso à sua organização comunitária. Sobre elas, Luzzani (2008) tece a seguinte reflexão:

A pesar de estar lejos del ideal las misiones han mejorado concretamente la vida de millones de venezolanos. El informe 2007 de la CEPAL asegura que, entre 2002 y 2006, Venezuela disminuyó sus tasas de pobreza en un 18,4 por ciento y la de indigencia en 12,3 puntos porcentuales. "La implementación continua de programas sociales de gran amplitud -dice la CEPAL -permitió que sólo en un año la tasa de pobreza bajara de 37,1 a 30,2 por ciento." (LUZZANI, 2008, p. 77).

Nesse ângulo, assinala-se a relevância dessas políticas no combate à pobreza e a algumas carências da população. Não se pode, no entanto, deixar de ponderar que as mesmas missões apresentam limites e conservam a perspectiva da focalização ao serem pensadas para atender às necessidades fundamentais da população pobre, apesar de que delas podem fazer parte de uma política mais ampla e beneficiarem não só esses segmentos sociais.

A expressão maior da organização popular e da participação protagônica são os conselhos comunais, e é por meio deles que se está construindo o fortalecimento do poder popular e as mudanças sociais. Cabrera (2009) salienta que, paralelamente à Constituição Bolivariana, nas "Linhas Gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007", o tema da organização popular foi veementemente tratado. Segundo a autora, somente em abril de 2006 a figura dos conselhos comunais é aprovada como lei, sendo definidos como "[...] instâncias de participação, articulação e integração entre as diversas organizações comunitárias, grupos sociais e os cidadãos e cidadãs, que permitem ao povo organizado exercer diretamente a gestão das políticas públicas e projetos orientados a responder às necessidades e aspirações das comunidades na construção de uma sociedade de equidade e justiça social." (VENEZUELA *apud* CABRERA, 2009, p. 91).

Apesar de aprovados enquanto lei somente em 2006, os referidos conselhos já vinham sendo gestados por outras vias de auto-organização anos antes, a exemplo dos comitês de terras urbanas e as missões. Novamente parafraseando Cabrera (2009), registra-se que ideias originárias como a subdivisão de territórios municipais em áreas menores e a instalação de estruturas de governo nesses mesmos territórios, seguido da transferência de competências e de recursos a serem geridos pela população local, foi o primeiro esboço do que seriam os atuais conselhos comunais.

Luzzani (2008) também contribui para o entendimento quanto à forma de funcionamento dos conselhos comunais, ao esclarecer que:

En asamblea popular, deben decidirse cuáles son las prioridades de la comunidad y, luego, presentar los proyectos al Ejecutivo nacional. El gobierno envía los fondos directamente a la asamblea a través de los bancos comunales. Los vecinos mismos, sin la participación de los intendentes, deben administrarlos para concretar los

proyectos. La experiencia ha sido altamente movilizadora. En algunos lugares la participación de la gente fue baja y tuvieron dificultades para organizarse. En otros, los mismos vecinos cometieron delitos de corrupción. Pero en la mayoría de las aldeas y barrios hubo debates intensos: los ciudadanos tomaron conciencia de su poder de acción y decisión e incluso aprendieron a negociar con otros grupos sociales dentro de la misma comunidad (por ejemplo, en algunos lugares, el sector bajo consideraba que el dinero debía ser para la construcción de viviendas mientras las clases medias proponían el cableado de fibra óptica para todos). (LUZZANI, 2008, p. 37-38).

Em âmbito nacional, os conselhos comunais atingiram a soma de 30 mil, o que demonstra a capacidade de organização popular. Outrossim, não se negam os problemas apresentados na citação acima. Ressalta-se, todavia, que eles são a expressão do caráter participativo e protagônico assegurado na Constituição a todos os venezuelanos; àqueles historicamente ignorados enquanto agentes sociais.

Importantes na condição de cogestores, produtores de informações concretas quanto às necessidades da localidade e mediadores entre população e instâncias governamentais, os mesmos conselhos são vistos pela classe dominante e dirigentes políticos como um perigo iminente devido ao poder que lhes é outorgado, e gradativamente conquistado.

Outro dado é o de que, em dezembro de 2006, Chávez é reeleito presidente da República. Assim, em 2007 são aprovadas e referendadas as Linhas Centrais do Desenvolvimento Econômico e Social da Nação para o período 2007-2013, cuja finalidade é orientar as ações do governo no decorrer do mandato, reforçando o princípio constitucional de refundação da República, orientado pela "[...] fusión de los valores y principios de lo más avanzado de las corrientes humanistas del Socialismo y de la herencia histórica del pensamiento de Simón Bolívar" (VENEZUELA, 2007, p. 1). Esse documento também recebe o título de "Projeto Nacional Simón Bolívar Primeiro Plano Socialista PPS", que apresenta uma série de objetivos, estratégias e políticas que se expressarão por meio de programas e de ações a serem implementados nesse período de tempo. De acordo com Giordani (2009), a efetivação do conteúdo do plano depende de um cálculo de viabilidade, pois essa viabilidade não está alheia às condições históricas do país. Conforme o autor:

A partir de estas formulaciones se podrán contemplar las diferentes acciones no sólo desde el ángulo gubernamental sino también desde todo el espectro que comprende la sociedad venezolana en los próximos años. La práctica concreta con sus múltiples determinaciones tanto al interior del país, como en el ámbito internacional, en el juego de fuerzas que allí se encuentran, y necesariamente bajo las determinaciones estructurales de la crisis que vive el sistema de la lógica del capital, constituirá un marco de referencia obligado para la aplicación de las directrices incluidas en los Lineamientos Generales del Plan 2007-2013. (GIORDANI, 2009, p. 127).

Ainda em andamento, seus resultados serão visíveis a médio e a longo prazo. Desse documento destacam-se apenas as sete diretrizes que, segundo o governo, deverão direcionar o país para o que tem sido chamado de socialismo do século XXI, sendo elas a nova ética

socialista, a suprema felicidade social, a democracia protagônica revolucionária, o modelo produtivo socialista, a nova geopolítica nacional, a Venezuela como potência energética mundial e o estabelecimento de uma nova geopolítica internacional²¹.

No que concerne à denominação "socialismo do século XXI", esclarece-se que o mesmo passou a ser utilizado nos debates públicos ainda em 2005 e tornou-se uma referência na campanha eleitoral de 2006. Conforme Maya (2008), "[...] a finales del primer gobierno de Chávez, el proyecto de democracia participativa y protagónica recibe un giro inesperado. El Presidente, como se describe en el trabajo de Ronald Balza, declara que no hay posibilidad de alcanzar una sociedad igualitaria y emancipadora en el capitalismo, ofreciendo en consecuencia para su segundo mandato pasar a un socialismo del siglo XXI." (MAYA, 2008, p. 19).

O socialismo do século XXI não tem como essência a repartição da riqueza social, mas, segundo Boron (2008, p. 76), se sintetiza na seguinte fórmula: "[...] propiedad colectiva (no necesariamente estatal) de los medios de producción + democratización fundamental de todas las esferas de la vida social". O mesmo autor, fazendo referência a uma entrevista de Chávez concedida em outubro de 2005, expõe os quatro traços em que o socialismo do século XXI deverá se fundamentar:

En primer lugar, uno de carácter moral, recuperando el sentido ético de la vida destruido por ese "sórdido materialismo de la sociedad burguesa" del que hablara Marx. En ese texto el líder bolivariano convoca a "luchar contra los demônios que sembró el capitalismo: individualismo, egoísmo, odio, privilegios". El socialismo debe defender la ética, la generosidad, la dignidad y la autonomía de los sujetos sociales. En segundo lugar, debe proponer una democracia de tipo participativo y protagónico, potenciando la soberanía popular. En tercer lugar, la conciliación de la libertad con la igualdad, puesto que la primera sin la segunda, en una sociedad de excluidos y explotados, se convierte en un privilegio de minorías. Para el socialismo la justicia social es un componente esencial de su proyecto, la virtud primera que debe tener toda organización social poscapitalista. Finalmente, considerando lo estrictamente económico, el nuevo socialismo requiere cambios en dirección del asociativismo, la propiedad colectiva, el cooperativismo y una amplia gama de experiencias de autogestión y cogestión, así como diversas formas de propiedad pública y colectiva. (BORON, 2008, p. 76).

O socialismo do século XXI vem sendo difundido na Venezuela como uma alternativa às políticas neoliberais e visa o aprofundamento da democracia, assim como a construção de uma nova cultura, um novo homem e um novo modelo de produção. Essa mudança não se fará repentinamente, mas, como pondera Giordani (2009), "[...] particularmente en la Venezuela de hoy, la posibilidad de construir un socialismo de nuevo tipo se encuentra abierto como la propia historia del futuro, y em esa dirección tanto la teoría como la propia

²¹ Sobre o Plan Socialista, ler reflexões em GIORDANI, Jorge. "La transición venezolana al socialismo". Jorge A. Giordani C. Editores Vadell Hermanos. "Caracas-Venezuela-Valencia " 2009. O documento está disponível na íntegra no site: www.minci.gob.ve/publicaciones@minci.gob.ve.

práctica de su construcción será fundamental para avanzar hacia una sociedad más igualitaria y justa. En ese camino andamos, apenas estamos dando los primeros pasos". (GIORDANI, 2009, p. 36).

Sobre o novo modelo de produção (NMP), que é um dos eixos do Plano Socialista 2007-2013, o autor Alvarez R. (2009), ao conceitualizá-lo, apresenta a condição primeira para sua real efetivação, assim:

La construcción del NMP implica sustituir la economía capitalista por la nueva economía socialista. Se trata de un NMP fundamentado en el esfuerzo productivo de todos los venezolanos y venezolanas, organizando y estimulando su esfuerzo productivo a través de una creciente red de empresas, ya no públicas o privadas, sino fundamentalmente sociales y comunitarias. La construcción del NMP no solo implica el tránsito de la Venezuela rentista a la productiva. No se trata solo de impulsar el desarrollo endógeno, el cual puede ser igualmente capitalista, explotador de la fuerza de trabajo y depredador del ambiente. Se trata más bien de la transformación de la economía capitalista en un nuevo modelo productivo socialista en el que el producto del trabajo deje de ser algo ajeno para el trabajador que lo genera. Un NMP en el que nadie extraño se apropie del fruto del trabajo que no sea el propio trabajador, en tanto él forma parte del colectivo o la comunidad que en conjunto lo genera. (ALVAREZ, 2009, p. 44-45).

Essa alternativa de modelo produtivo, pautada em uma economia de tipo social em oposição ao modelo de produção capitalista, está germinando por meio das chamadas Empresas de Produção Social (EPS) e as Unidades Produtivas Comunitárias²², as quais se devem construir na forma de uma organização de produtores livres associados, buscando avançar em relação ao modelo de produção pública, que é dependente do aparato estatal e, principalmente, sobrepondo-se ao modelo de produção privada que carrega a lógica capitalista de exploração e de acumulação.

A partir desse novo modelo produtivo, Chávez pretende a diversificação na produção de alimentos, alcançando a segurança alimentar do país. Sua riqueza e, ao mesmo tempo, fragilidade é ser um país monoprodutor, o único país da América do Sul que, atualmente, exporta 93% de um mesmo produto, o petróleo. Por décadas, a Venezuela importou 70% dos alimentos que consumia diariamente, e ainda carece dessa prática, pois, conforme Giordani (2009),

[...] la economía social, apenas existente, de manera germinal, incipiente, que pervive a la sombra de la distribución de esa renta petrolera que se logra captar a partir del Estado petrolero, y que podría servir para fundamentar el cambio de rumbo, la aceleración de una economía, incipiente por los momentos, en proceso de germinación a partir de la economía social, que pudiera convertirse con el tiempo y con una dirección política adecuada, en un proceso de transición productiva que

²² Las mismas son entidades económicas dedicadas a la producción de bienes y servicios en las cuales el trabajo tiene significado propio, no alienado y auténtico, no existe la división social y jerárquica del trabajo, la riqueza social es distribuida de manera autodeterminada, son entidades autosustentables, con igualdad sustantiva entre sus integrantes y están basadas en una planificación participativa y protagónica (p. 50). GIORDANI, Jorge. La transición venezolana al socialismo. Jorge A. Giordani C. Editores Vadell Hermanos. "Caracas-Venezuela-Valencia", 2009.

permita. desde ya, la formación de un tipo de productor libre asociado, que pueda suplantarse la racionalidad extractiva del plustrabajo, y de la renta internacional en la cual se apoyan primariamente las empresas públicas, pero que en el fondo significa la sustentación del modelo productivo actual venezolano, al igual que permite la posibilidad de crear una alternativa productiva diferente basada en una lógica del trabajo. (GIORDANI, 2009, p. 48).

Essas contradições estão marcando a trajetória da Venezuela. Se, por um lado, existem medidas para promover mudanças sociais e a melhoria na condição de vida da população pobre²³, por outro, nota-se que ainda há um longo caminho a percorrer rumo à superação das práticas capitalistas. Essa observação pode ser identificada no texto de Alvarez (2009), o qual explicita que o inegável crescimento econômico do país tem beneficiado muito mais a classe dominante, que é detentora dos meios de produção, símbolo do poder, se firma e revela o retrato do velho capitalismo. Segundo o autor, “[...] el peso del sector privado de la economía pasó de 64.7% em 1998 a 70.9% hasta el tercer trimestre de 2008. Estos datos confirman que tanto el crecimiento del PIB como el nivel de empleo están fuertemente marcados por el peso en torno al 70% que aún tiene el sector privado de la economía, cuyo abrumador peso define la naturaleza capitalista del actual modelo productivo venezolano.” (ALVAREZ, 2009, p. 48).

Nesse processo complexo da Venezuela em curso, que não será resolvido ou sentenciado nos limites deste artigo, mas constatado e analisado nos registros históricos da correlação de forças, segue a constante tensão entre parte da sociedade com o Estado. Nesse tocante, destaca-se a intervenção do Estado na forma de nacionalizações. Em 2007, Chávez estatizou setores considerados estratégicos ao país, como três empresas de cimento pertencentes a transnacionais, assim como uma megaempresa do ramo siderúrgico e companhias do setor de eletricidade e de telecomunicações. Já em fevereiro e março de 2009 nacionalizou-se uma das unidades produtoras de arroz e uma outra de macarrão da empresa norte-americana Cargill, assim como da empresa venezuelana Polar, ambas por estocar alimentos gerando o aumento de preços e por descumprir o tabelamento das mercadorias, sendo nacionalizado ainda o Banco da Venezuela, um dos principais bancos privados pertencente ao grupo Santander. Além dessas ações, Chávez também suspendeu a concessão ao direito de transmissão da RCTV, o que gerou a fúria dos proprietários da mídia em geral, e

²³ Hay quienes se atreven a decir que Venezuela es hoy un país más pobre que hace nueve años. Esto es absolutamente falso: la pobreza general ha venido en picada y se ha reducido en más de la mitad. También la llamada pobreza extrema (que es cuando una persona no puede satisfacer sus necesidades de alimentación) disminuyó 54%. En 1996 casi la mitad de la población venezolana (42,5%) padecía la pobreza extrema. En 2007 descendió a 9,5%... Es decir, rompimos el piso del 10%, con el índice más bajo en los últimos 17 años. (p. 6) Revista Venezuela de Verdad. No es poca cosa, 10 años de logros del Gobierno Bolivariano. Gobierno Bolivariano de Venezuela, 2008.

uma intensificação no ataque às políticas em geral do governo, em nível nacional, como também internacional.

Essa é a conjuntura atual da Venezuela, de um governo democrático popular, que não está sendo edificado preservado dos conflitos de classes, pois eles existem e são diuturnos. Por outro lado, assinala-se que os golpes contra o neoliberalismo ainda não foram suficientes para reverter radicalmente a estrutura de acumulação capitalista, isto é, a elite dominante do país segue como elite e com seus privilégios. De acordo com Luzzani (2008), “[...] en términos económicos no se puede decir que el gobierno de Hugo Chávez haya despojado a las elites venezolanas o las clases medias; lo que hizo en realidad fue ampliar la distribución de la tradicional riqueza petrolera y del poder de decisión que antes quedaba sólo en un sector de la población.” (LUZZANI, 2008, p. 48).

Sobre esse contexto, Casanova (2009) argumenta que, na Venezuela atual, há um confronto das práticas atuais, com o liberalismo de cunho não interventor, fundamento do Estado mínimo que conduziu ao seu desmantelamento, à redução dos investimentos sociais e à exígua distribuição de renda. As ações aqui dispostas demonstram a existência de medidas e de tentativas que buscam ir na contramão desse processo, o que vai ao encontro do confronto sublinhado pelo autor, porém, por ora, ainda emaranhado nos limites da sociedade capitalista e na própria burocracia da máquina estatal, controlada, em partes, por sujeitos que não estão interessados em mudanças sociais.

Referências

- ALI, Tariq. *Piratas del Caribe: el eje de la esperanza*. Ediciones Luxemburg, 2006.
- ALVAREZ, Víctor R. *La transformación del modelo productivo venezolano: balance de diez años de gobierno*. Caracas: República Bolivariana de Venezuela, 2009.
- ARANTES, Aldo. O FMI e a soberania nacional. *Revista Princípios*. Ed. 70, Agosetout, 2003, p. 19 -27.
- BOITO, Armando Jr. A política neoliberal no Brasil. In: *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- BORÓN, Atílio. *Socialismo siglo XXI: hay vida después del neoliberalismo?*. 1. ed Buenos Ayres: Ediciones Luxemburg, 2008.
- CABRERA, Beatriz Fernández. Os conselhos comunais: subjetividades e rupturas do mundo popular venezuelano. In: BORGES, Liliam Faria Porto e MAZZUCO, Neiva Galina (Org.). *Democracia e políticas sociais na América Latina*. São Paulo: Xamã, 2009.

- CASANOVA, Ramón. *Desigualdad educativa, población y desarrollo. Exploraciones para el escenario de la Venezuela de comienzos del siglo XXI*. Caracas: Fondo de Poblaciones de las Naciones Unidas (Unfpa), 2008.
- CASANOVA, Ramón. Democracia e políticas sociais na transição venezuelana: entre o capitalismo assistencial e a democracia socialista. In: BORGES, Liliam Faria Porto e MAZZUCO, Neiva Galina (Org.). *Democracia e políticas sociais na América Latina*. São Paulo: Xamã, 2009.
- ELLNER, Steve; HELLINGER, Daniel. *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. 1. ed. Editorial Nueva Sociedad, 2003.
- FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 87-147.
- GIORDANI, Jorge. *La transición venezolana al socialismo*. Caracas, Venezuela / Valencia: Jorge A. Giordani C. Editores/ Vadell Hermanos, 2009.
- LEHER, Roberto. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o "alívio" da pobreza*. São Paulo: USP, 1998. (Tese de Doutorado), p. 143-178, (Capítulo 3, subcapítulo: 3.5: O Banco Mundial nos anos 1990: aprofundando o ajuste estrutural para consolidar a ideologia da globalização).
- LUZZANI, Telma. *Venezuela y la revolución: escenarios de la era bolivariana*. 1. ed. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2008.
- MARINGONI, Gilberto. *Dias de fúria na Venezuela, vinte anos depois*. Disponível em: <www.tvcartamaior.com.br/banner_mda.html>. Acesso em: 27 fev. 2009.
- MAYA, Margarita López. *Ideas para debatir el socialismo del siglo XXI*. s/l, 2008.
- NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. *A reconfiguração do Estado venezuelano inscrito na Constituição de 1999 e o processo de universalização da educação escolar: as Missões Robinson, Ribas e Sucre*. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT05-3783--Int.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2009.
- ROCHA, Mirella Farias. *Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina: estudo comparativo entre Brasil e Venezuela*. 2009. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) da Universidade Federal de Santa Catarina.
- VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. *Gaceta Oficial Extraordinário*, nº 5662, de 24 de septiembre. 2003.

VENEZUELA. Ministério de Comunicación e Información. *Las Misiones Bolivarianas*. Caracas, 2006. (Colección Temas de Hoy).

VENEZUELA. República Bolivariana de Venezuela. *Venezuela construye su camino: líneas generales del Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007*. Disponível

em: http://portaleducativo.edu.ve/Políticas_edu/planes/documentos/PlanDesarrolloESN-2001-07.pdf. Acesso em: 5 jul. 2009.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información. *Líneas generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013*. Disponível em: http://portaleducativo.edu.ve/Políticas_edu/planes/documentos/Lineas_Generales_2007_2013.pdf. Acesso em: 5 jul. 2009.